



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**  
**Montenegro Cidade das Artes**



**PARECER JURÍDICO**

**ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL**

Trata-se de projeto de lei que visa autorizar o Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 16.139,64 (dezesesseis mil, cento e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos).

A mensagem justificativa informa que:

A abertura do crédito especial justifica-se tendo em vista a Resolução Nº 40/2023 - CIB/RS, de 14 de fevereiro de 2023, em que o Município foi contemplado com o ingresso de recursos no valor de R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais). O recurso tem por finalidade fortalecer a organização da capacidade de resposta às emergências de saúde pública no âmbito do estado do Rio Grande do Sul, voltada para as ações de enfrentamento às arboviroses transmitidas pelo *Aedes aegypti*, a saber: Dengue, Chikungunya e Zika, em especial com foco nas ações da Atenção Primária à Saúde.

O repasse foi creditado na conta: 8822 - 1.1.1.1.19.12.02.35.00 - BANRISUL - 4109353 - PREVENÇÃO DA DENGUE NO VERÃO do Fundo Estadual de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde em parcela única na data de 27/03/2023 e já está disponível para utilização.

Os recursos tratados nesta CIB deverão ser utilizados exclusivamente para despesas de manutenção e estruturação no âmbito das ações da Atenção Primária à Saúde (APS) que objetivem qualificar o atendimento à população-alvo de forma a contemplar as ações previstas no Plano Municipal de Contingência para Arboviroses, podendo se basear em Nota Técnica a ser disponibilizada pela Secretaria Estadual de Saúde.

Já o valor de R\$ 1.639,64 para a suplementação das dotações a serem criadas para despesas com MATERIAL DE CONSUMO origina-se do valor de rendimentos apurados neste exercício até a competência 07/2023.

Relatei.

A abertura de crédito especial com indicação da fonte exige autorização legislativa, tal como determina o art. 167, incisos V e VI, da Constituição Federal, de forma a garantir a higidez dos princípios orçamentários da programação e da anualidade.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 18.ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 718-9.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO  
Montenegro Cidade das Artes**



A ação pretendida estará incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias, como exigido pelo art. 165 da Constituição Federal.

Diante disso, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

Montenegro-RS, 25 de agosto de 2023.

**Adriano Bergamo**

Consultor Jurídico - OAB/RS 65.961